

O Vício do amor ao passado: história e memória em Gustavo Barroso

ERIKA MORAIS CERQUEIRA*

(...) Ouro Preto me atrai e me fascina, porque ali não é somente o passado que sinto, palpo e respiro, porém, o passado de minha terra, o passado de minha raça e o passado de minha língua (BARROSO, 1944, P. 12).

Indícios evidenciam que a saudade é um traço característico da personalidade do autor, uma forma de perceber o mundo e uma estratégia de sobrevivência em um universo marcado pela mudança. A ligação afetiva com um tempo anterior, na proporção com que parece ter sido sentida, nos permite tomá-la como evidência de um desconforto diante da contemporaneidade. A hipótese para tamanho incômodo diante de seu próprio tempo é de que a percepção da mudança, da realidade tornando-se diferente e em velocidade cada vez maior, obrigou o autor a olhar para trás na busca por referências. A nostalgia barroseana pode ser tomada como uma expressão de um mal-estar moderno, provavelmente associada a uma desconfiança em relação ao futuro.

O passado é encarado como um tempo estável, aconchegante e confiável e, o autor parece ter encontrado conforto em olhar para trás, como se tudo o que se relacionasse ao passado fosse necessariamente melhor. A percepção nostálgica da realidade acompanhará o autor ao longo de toda a sua vida e, não constitui exagero, afirmar que ela será o elemento orientador de um expressivo número de ações em sua vida pública. Se a nostalgia é frequentemente compreendida como uma postura do indivíduo perante o seu próprio universo, ou seja, possui um caráter pessoal, no caso barroseano, tal sentimento extrapola a vivência individual e assume dimensões mais amplas. Projetos políticos e historiográficos foram delineados por uma ótica saudosista, a criação dos “Dragões da Independência” e a política de aquisição de objetos no Museu Histórico Nacional são consideradas exemplos dessa postura.

Na ânsia por evidências de que o passado perdurava de forma recuperável, Gustavo Barroso buscou alternativas para reviver esse tempo, tanto por meio da

* Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, sob orientação da Prof^a. Dra. Helena Miranda Mollo. Bolsista REUNI/CAPES.

narrativa histórica quanto pela exposição de objetos, esperava persuadir o expectador de que o passado não apenas sobrevivia, mas ressurgia diante de seus olhos. Barroso engendrou um projeto que visava reabilitar o passado como um componente essencial para o presente, o objetivo era trazer o passado para mais perto dos expectadores, e, para alcançar o objetivo esperado, o autor valeu-se de uma combinação de elementos. Articulou sua produção escrita à sua prática museológica e, em ambas as modalidades o passado era experimentado, todavia com enfoques diferentes.

A narrativa histórica permitia apresentar o passado sob a ótica científica, tornava possível comprovar a veracidade dos fatos e, portanto, exigir aceitação. O pretérito, no museu, era tratado de outra, pois se acreditava que os objetos falavam por si só, de forma que a autenticidade não constituía uma preocupação. No museu esperava-se estabelecer uma relação afetiva com o passado em que esse era experimentado por meio de seus fragmentos. Todos os artifícios empregados por Barroso expressavam por um lado, a importância de demonstrar elementos contundentes sobre o passado e, por outro, revelavam a intenção de se firmar como um estudioso capaz de mobilizar diversas técnicas, ou seja, um intelectual completo.

No intuito de compreender essa experiência nostálgica do tempo e as formas em que a saudade foi “materializada” na obra barroseana iniciaremos uma análise do conceito de saudade a partir do exame do artigo “O Culto da Saudade”, publicado pelo autor em 1912, no *Jornal do Comércio*.

1.1 O vício do amor ao passado

O descaso pelas nossas tradições vai se tornando um crime imperdoável (...)
(Barroso, 1997, p. 32).

“O Culto da Saudade”, artigo publicado por Gustavo Barroso no *Jornal do Comercio*, em 1912¹, é um projeto político e historiográfico que propõe uma relação afetiva com o passado, por meio da valorização do patrimônio histórico e da memória

¹ 1ª edição: “*Jornal do Comercio*”, 22 de dezembro de 1912; 2ª edição: BARROSO, Gustavo. **Idéias e Palavras**. Rio de Janeiro, Leite, Ribeiro e Maurílio, 1917, pp. 33-36; 3ª edição: BARROSO, Gustavo. “O Culto da Saudade”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 29. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1997.

nacional. A preocupação com a tradição, conforme se observa na epígrafe acima, é o mote primordial do artigo e reflete sua proposta romântica.

A preservação do patrimônio material e imaterial é constante. Para o autor, tanto os objetos quanto os hábitos são constitutivos da história nacional e, portanto devem ser protegidos das alterações inerentes ao transcurso do tempo. A valorização do patrimônio se associa a questão da identidade nacional na obra barroseana por duas vias, se por um lado é visto como fundamental para garantir um sentimento de pertencimento a uma coletividade, por outro, a vigência de costumes estrangeiros é um indício da sua pouca importância para os contemporâneos do autor:

Nunca se viu tanto desamor. O que se dá com os objetos históricos verifica-se com os costumes tradicionais das regiões, das cidades e dos bairros. Só uma coisa se mantém perpétua e imutável: o carnaval, que não é autóctone. O mais morre a pouco e pouco. Até os cordões desaparecem (Barroso, 1997, p. 32).

A defesa do nacional se mantém ao longo do texto, entremeada com a denúncia do descaso para com nosso patrimônio. No afã de restabelecer as “festas que os ascendentes nos legaram”, Barroso cita as cidades européias como exemplos de locais que vivificam seu passado, promovem cortejos históricos e, portanto realizam o culto a saudade.

A evocação do pretérito naquelas ruas (...) é completa e magnífica. (...) onde as ruínas dos castelos se conservam como monumentos nacionais. É a história da terra mãe, que desfila aos seus olhos, escrita e revivida no ferro do soldado, no veludo dos gibões fidalgos, nos arneses dos cavaleiros e no cajado nodoso dos pastores. (...) A multidão respeitosa olha o passado desfilar. (Barroso, 1997, p. 32).

A fixação pelos objetos, pela capacidade que esses possuem de simbolizar o pretérito, e ainda, pela pretensa possibilidade de trazerem o passado de volta à vida, é uma constante em Barroso. A citação acima é reveladora de sua importância como vestígios materiais do pretérito e nela verifica-se também que história é definida menos como um campo do conhecimento do que como possibilidade de reviver o passado. O ponto chave na citação é a aproximação que o autor faz entre a história e relíquia²,

² O termo ‘relíquia’ é empregado no presente estudo a partir da perspectiva exposta por David Lowenthal em **The past is a foreign Country**, no entanto, há outros trabalhos que também investigam o tema e possuem certa relação com a proposta desta pesquisa. Neste aspecto é interessante analisar a categoria

sendo que a segunda possui a capacidade de descortinar a primeira, em outras palavras, as relíquias oferecem um acesso direto ao passado. Nesse sentido, por serem fragmentos do passado, as relíquias - melhor do que a história e a memória - podem fazer “o passado desfilar”.

A insistência pela manutenção das comemorações cívicas também pode ser percebida como um mecanismo para manter o passado mais próximo, pois traduz a ideia de que, em tais momentos, é como se a história fosse “(...) se repetindo com essas festas, nas cores, nos costumes, nos aspectos. (...)” (Barroso, 1997, p. 32). Assim, o passado e todos os artifícios que poderiam ser empregados para conectá-lo ao presente deveriam ser estimulados e, no caso brasileiro, essa prática parecia estar distante do esperado pelo autor, pois, após listar cidades e comemorações cívicas européias, Barroso apresenta seu lamento diante da realidade brasileira, destaca a ausência de políticas voltadas para a preservação do patrimônio e denuncia o abandono das cidades históricas:

Nada disto temos. Oiro Preto, ninho de tradições e glórias, derroca-se, esboroa-se. (...) A festa que ali se realizou, lembrando a conjura mineira, quase ninguém compareceu. Olinda enche-se de capim. Na remodelação da Bahia, nada se poupou. No Rio, todas as tradições se apagaram. O passado não merece consideração (Barroso, 1997, p. 34).

Na visão do museólogo, o descaso para com o passado nacional parece ser indício de um mal maior do povo brasileiro, de uma completa desobrigação para com aqueles que construíram a nação. Observa-se em sua exposição, não apenas certa preocupação em relação à preservação do patrimônio, como também um receio diante do desenvolvimento das cidades. Verifica-se que, para o autor, os monumentos deveriam ser mantidos inalterados, porém a industrialização parecia exigir modificações na estrutura urbana que acabariam por alterar ou mesmo eliminar as construções originais. O novo ritmo das cidades impedia o apego aos rituais do passado e Barroso

coleção definida por Krzysztof Pomian, em seu verbete *coleção*, publicado na enciclopédia Einaudi. Pomian define coleção como conjunto de objetos semióforos, desprovidos de seu valor de utilidade e voltados para mediar a relação entre o visível, vestígios materiais, e o invisível, o passado morto. Segundo o autor, relíquia é um objeto que se crê que tenha estado em contato com um deus ou um herói, ou que seja tomado como vestígio de qualquer grande acontecimento do passado mítico ou simplesmente longínquo. Portanto, tais relíquias são possuidoras de uma aura sagrada por terem tido alguma função específica num determinado passado e assim, são escolhidas para a eterna lembrança. Cf: POMIAN, K. “Coleção”. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, V. I, 1984.

parecia querer deter o tempo ao impor regras de conservação do passado material e imaterial.

Mais do que uma tentativa de salvar as “velhas usanças”, “O Culto da Saudade” deve ser compreendido como a expressão da experiência de tempo para o autor, ou seja, o conceito que perpassa sua produção histórica, museológica e literária. O artigo pode ser lido como um projeto em que são apresentadas as iniciativas para trazer o passado para perto do presente, materializá-lo e experienciá-lo como se estivesse ainda ocorrendo. Segundo tal proposta, o passado se colocaria na textura da vida contemporânea, se tornaria mais real que o próprio presente, estaria onipresente por meio de relíquias, histórias e memórias que inundariam a experiência dos expectadores.

“O Culto da Saudade” informa sobre um indivíduo que se sentia exilado de seu próprio tempo, revela um autor desesperado para escapar do presente que, para proteger-se da devastadora mudança trazida pela modernidade, refugiou-se nas lembranças e imagens dos tempos anteriores.

A fuga da realidade em busca de um passado idílico foi temática orientadora de uma produção que perdurou por décadas. A leitura de “O Culto da Saudade” torna-se mais prolífica quando acompanhada de outros dois artigos “A defesa de nosso passado” e “A Cidade Sagrada”. Acreditamos que tais artigos se complementam e, por essa razão, vamos analisá-los inicialmente em separado e, após esse primeiro momento, ainda que timidamente, vamos esboçar uma discussão dos textos em conjunto.

1.2 O guarda das relíquias da Pátria

Quem primeiro pensou em defender os monumentos históricos foi um poeta, Victor Hugo, pedindo ao governo da França uma lei que protegesse das violências do presente e do futuro as obras do passado, uma lei que conservasse as relíquias e recordações. (...) (Barroso, 1942, 579).

“A defesa do nosso passado”, artigo publicado nos Anais do Museu Histórico Nacional, em 1943, pode ser visto como uma ordem em defesa do patrimônio nacional e como um inventário sobre as atividades empreendidas no campo da preservação de monumentos, incluindo os nomes de personalidades políticas responsáveis por tais feitos à época. O autor inicia o artigo evocando o poeta Victor Hugo, parece fazê-lo na

expectativa de conferir autoridade à sua fala e também de estabelecer uma genealogia dos defensores de monumentos históricos.

A “defesa das relíquias e recordações” é a proposta central do texto, todavia o autor se concentra especificamente na avaliação do patrimônio arquitetônico da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, e confere, praticamente, nenhuma atenção às demais cidades históricas do país.

(...) foi o Sr. Antônio Carlos o primeiro estadista no Brasil a compreender a necessidade de salvar do abandono e da destruição os nossos monumentos. Isto sem esquecer o saudoso Sr. Epitácio Pessoa, criador do Museu Histórico, primeiro passo do culto oficial da Tradição no nosso país, nem o Sr. Getúlio Vargas, que melhor compreendeu a questão e lhe tem dado pelo Ministério da Educação todo o apoio possível (Barroso, 1942, 583).

Ao mesmo tempo em que traça a genealogia dos defensores do patrimônio nacional, o autor reitera suas atividades em prol das relíquias nacionais de forma a inscrever seu nome entre os da prestigiosa linhagem. Barroso afirma repetidas vezes seu completo desinteresse por qualquer espécie de remuneração, o que deixa claro sua intenção de ser conhecido como cidadão patriótico³ que amou seu ofício: “Sinto-me honrado e envaidecido nesse trabalho árduo e às vezes pouco compreendido que dura há mais de quatro lustros, com vida pública e oficial de 1922 até hoje (...)” (Barroso, 1942, 579). Para além do patriotismo, sua iniciativa pode ser entendida também como uma maneira de despertar respeito entre os letrados, a partir de uma presumida abnegação, assim como a possibilidade de angariar novos membros para sua causa.

A insistência pela manutenção das relíquias, aqui concebidas como vestígios quase sagrados do passado, é explorada em tom quase no poético no artigo “A cidade sagrada”, onde o autor parece reviver o passado. Nos itens seguintes pretendemos apresentar brevemente o artigo e propor algumas questões.

³ Em tese de doutorado defendida no ano de 2009, a historiadora Aline Montenegro Magalhães analisa a imagem que Gustavo Barroso procurou construir de si mesmo. Segundo a autora, um dos pontos nodais de sua escrita auto-referencial diz respeito a uma exacerbação de seu patriotismo, sentimento largamente difundido nas diversas publicações e conferências proferidas pelo intelectual. Cf: MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Troféus da guerra perdida: um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009. (Tese de doutorado).

1.3 Entre cidades adormecidas ou mortas

Ouro Preto é uma cidade sagrada pela história, pela arte, pela tradição e pela lenda. É um nobre patrimônio que se não pode perder (...) (Barroso, 1944, p.14).

“A Cidade Sagrada”, artigo publicado no “Correio da Manhã”, em 1912 e, posteriormente reeditado nos Anais do Museu Histórico Nacional, em 1944, apresenta uma proposta de defesa do patrimônio arquitetônico da cidade de Ouro Preto. Ao contrário de outros artigos em que discute questões sobre o patrimônio histórico, com caráter descritivo e bastante objetivo, nesse artigo, Barroso utiliza de uma linguagem figurada.

O texto foi escrito em formato semelhante a um diário de viagem, em que o autor relata as impressões sobre a cidade em suas sucessivas visitas e utiliza suas memórias pessoais como estratégia de convencimento, o que subentende a ideia de testemunha ocular, como se o fato de ter vivido as experiências narradas fizesse dele uma autoridade de fala. A imaginação livre está presente ao longo do artigo, entremeada com afirmações veementes sobre a importância da conservação da cidade, observa-se, inclusive, uma proposta poética na criação textual.

A identificação de Ouro Preto como cidade sagrada do Brasil faz eco às suas propostas políticas, museológicas e historiográficas, pois, para um autor profundamente comprometido com a fetichização do passado, como Barroso, a cidade de Ouro Preto representava uma “real” possibilidade de trazer o passado de volta. O aspecto de uma cidade quase intocada pelo tempo, com monumentos e ruas mantidos em sua originalidade, traduz aquilo que é mais caro a Barroso: a possibilidade de experimentar o passado de forma sensível. Ouro Preto fazia parte das “cidades adormecidas ou mortas” referidas pelo autor, espécie de menina dos olhos, foi alvo de incansáveis esforços do museólogo:

Êsse amor de nossas coisas fez-me voltar várias vezes a Ouro Preto e pregar sempre a necessidade e tornar aquela cidade uma como cidade sagrada do Brasil, defendendo dos insultos do tempo e protegendo das tolices dos homens a soberba floração dos seus monumentos.(...) Quase todos os seus maravilhosos chafarizes se curaram das feridas do abandono e do tempo, sem que a obra da restauração tivesse ofendido o seu estilo e as suas características essenciais. (...) Foi verdadeiramente confortador para os que amam as nossas coisas a não descrêem do nosso futuro (Barroso, 1944, p.13). (grifo do autor)

O amor pelo passado, extensamente exposto em suas diversas publicações, parece impedir uma reflexão mais aprofundada sobre a categoria do futuro e, na citação acima, podemos observar uma das raras referências a essa categoria. Ao que tudo indica, o autor percebe esse tempo com otimismo, pois, embora o presente pareça desconfortável, o futuro não está necessariamente atrelado às suas deficiências, ele pode ser construído. A concepção de um futuro a ser moldado demanda investimentos do presente, em outras palavras, a garantia de que o futuro será melhor está diretamente relacionada à quantidade e efetividade dos empreendimentos do presente. Nesse sentido, compreendemos a insistência do autor no trabalho pela preservação dos resquícios de tempos anteriores, pois, para o intelectual, o primeiro passo para a construção de um tempo superior está ligado à manutenção do acervo do passado.

1.3.1 O passado perdura

As atividades empreendidas por Barroso, tanto as que se relacionam à produção escrita quanto à atuação política ou museológica, podem ser compreendidas como uma busca quase desesperada por trazer o passado de volta à vida. Os artifícios empregados para obter essa sensação de realidade, de que o passado de fato ressurgia, envolviam experiências sensoriais e subjetivas, dessa forma, para estabelecer um contato com o passado seria imprescindível experimentá-lo fisicamente, por meio dos sentidos e subjetivamente, pelo recurso à memória.

Não é exagero afirmar que o desejo pelo passado parece ter transcendido a saudade nostálgica e permitido que uma imaginação fantasiosa estabelecesse substitutos potenciais a esse passado, a saber, objetos reminiscências, coisas que se colocariam não apenas como autênticos representantes do passado, mas como ele próprio a reproduzir-se no presente. Enveredar pelo caminho do passado, portanto parecia possível imaginariamente, uma façanha capaz de ser alcançada de inúmeras formas, envolvendo principalmente a memória e a evocação de relíquias antigas.

A experiência de imersão no passado - presente nos dois artigos que examinamos anteriormente - pode ser percebida de forma ainda mais contundente em “A Cidade Sagrada”, texto que será estudado nas páginas seguintes. O conjunto

formado pelos três artigos será analisado adiante a partir das proposições de David Lowenthal em **The past is a foreign country**⁴.

1.4 Ouro Preto: ninho de tradições

Sou um velho amigo de Ouro Preto. Antes de pisar o solo sagrado daquela velha metrópole das Minas, sonhava com o prestígio de sua história e o mistério de sua lenda. E, quando, ao organizar o Museu Histórico, olhava o mostruário (...) meu espírito se perdia nas brumas dos tempos idos e diante dele desfilavam as legiões de ásperos, destemidos bandeirantes, garimpeiros e faiscadores, que, (...) fundaram nas covoadas da serra do Itacolomi a celebrada Vila Rica de Albuquerque. (Barroso, 1944, p.10). (grifo nosso)

Ao percorrer a cidade de Ouro Preto, Barroso tinha a sensação de que o passado estava vivo, de que ele de fato ressurgia diante de seus olhos. O fascínio por essa cidade advinha de uma afeição natural do museólogo pelos objetos históricos e, no caso de Ouro Preto, por se tratar não apenas de amontoado de objetos a serem visualizados, mas sim de um todo, um conjunto bem ordenado de objetos e monumentos que remetia ao passado colonial da nação. Tratava-se de um patrimônio histórico que prescindia de interpretação, em que o caráter de patrimônio original, intocado pelo desenvolvimento urbano, trazia a ideia de que era possível “viajar no tempo” e ressuscitar personagens e fatos históricos.

A concepção de que a cidade mineira era capaz de evocar o passado intensamente e, dessa forma promover uma espécie de ressurreição do pretérito, pode ser entendida quando a analisamos à luz das indagações de David Lowenthal sobre o carisma exercido por patrimônios históricos: “To gain assurance that yesterday was as substantial as today we saturate ourselves with bygone reliquary details, reaffirming memory and history in tangible form” (LOWENTHAL, 1995, p. 191). A afirmativa nos remete novamente a múltipla produção barroense, a saber, sua proposta literária, histórica e museológica, em que o passado não deveria ser apenas conhecido, mas também ser experimentado em toda a sua dimensão, por conseguinte a necessidade de Barroso “cercá-lo” e envolvê-lo, de forma a atrair todos os tipos de público.

⁴ LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Ao que parece, o encanto exercido por Ouro Preto fez com que a cidade passasse a ocupar um lugar de destaque nas atividades do museu e fosse alçada ao posto de “cidade sagrada do Brasil”. Barroso empreendeu diversas iniciativas que visavam restaurar os monumentos ouropretanos e preservar o local das modificações em curso ⁵. A instituição da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN) ⁶ foi um ganho para Barroso, ao lhe permitir dedicar-se mais intensamente a conservação do patrimônio, de forma a ser conhecido como o “único guarda das relíquias da pátria”, tal como ele mesmo afirmou.

O trabalho realizado na IMN foi uma busca infinita por transportar o passado para o presente, o passado não como passado, mas como um todo simultâneo e inteiramente recuperado, que deveria ser experimentado em toda a sua dimensão, abrindo espaço para fantasia. A experiência sensível era pensada como superior às outras e o contato com o passado, por meio de seus objetos, entendidos como verdadeiros representantes do pretérito, marcava a memória de forma indelével. Após a primeira aproximação com aquele “relicário arquitetural”, Barroso afirmou:

Pela primeira vez cheguei a essa cidade numa noite linda de agosto. Até hoje a impressão me causou perdura viva na memória. A lua subia, curiosa, acima do espigão da serra. E, no alto dos morros escuros, as torres brancas das igrejas atalaiavam o silêncio. Parece-me que caminhei devagar, procurando não fazer ruído, como se tivesse receio de acordar em cada viela torcicolosa e deserta as sombras das gerações desaparecidas. A cada passo, a história de Minas dava-me uma lição. (...) Vi o caminho tortuoso que levava ao Alto das Cabeças, onde tantas bôças de condenados e inocentes, com o rictos da morte impresso definitivamente nos lábios, pareceram dizer ao viandante: - Detém-te e apieda-te dos horrores que padecemos (Barroso, 1944, p. 10).

⁵ Ao término do Ciclo do Ouro, a cidade parece ter conhecido uma verdadeira fase de decadência, em que os poucos recursos não eram suficientes para conservar suas construções que, no início do século XX, se encontravam em ruínas. Gustavo Barroso acusou a Prefeitura de Ouro Preto de destruir os monumentos e, em “A defesa do nosso passado” ele afirma: “(...) A casa de Marília fora criminosamente arrasada pela Prefeitura. (...)”. (p. 580).

⁶ A Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), primeiro órgão ligado à preservação do patrimônio histórico no Brasil, foi criada em 1934 como uma instituição ligada ao Museu Histórico Nacional (MHN). A direção da IMN ficou a cargo de Gustavo Barroso até o ano de 1937, ano em que foi substituída pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Na direção da IMN, Barroso ocupou-se em impedir que os objetos históricos fossem retirados do país em virtude do comércio de antiguidades. Outra fonte de preocupação para o diretor era a destruição dos monumentos nacionais que ocorriam devido às reformas urbanas e foi nesse aspecto que sua atividade tornou-se mais conhecida. As visitas à cidade Ouro Preto se tornaram regra durante essa fase, em que o museólogo promoveu uma série de reformas na cidade.

A citação nos permite inferir que os acontecimentos anteriores eram revividos na mente do autor como se praticamente estivessem ainda ocorrendo, eles se transformavam em uma parte do presente e, em alguns casos, pareciam mais reais que o próprio presente. Tal estratégia, ao tornar o passado mais tangível que o presente, resultava em prejuízo para o último, de forma que o presente tornava-se oprimido pelos fatos precedentes. Novamente, David Lowenthal nos oferece uma chave de leitura para essas questões, pois segundo o autor: “Certain heightened recollections seem to bring the past not only to life, but into simultaneous existence with the present, making it appear ‘closer than the present, which it both haunts and hypnotizes’” (LOWENTHAL, 1995, p. 203). A tenção de fazer com que o passado fosse sentido em cada fibra do seu ser, ao que tudo indica, parece ter ecoado em uníssono com os discursos da época, tema que será discutido adiante.

1.5.1 Relíquias: imersão virtual em um tempo passado

(...) E ainda me sobrou tempo para rondar a Casa dos Contos, à espera de ver com os olhos da minha imaginação superexcitada os vultos dos Inconfidentes, os juízes da Alçada, a gente dos quintos do ouro e, o próprio Visconde de Barbacena. (Barroso, 1944, p. 10-11)

Embora o passado tangível possa ser útil para comprovar empiricamente os fatos apresentados pela história e pela memória, ele por si só não pode nos remeter aos acontecimentos ocorridos em um tempo remoto, os vestígios materiais necessitam de interpretação. Segundo David Lowenthal, os fragmentos somente são compreendidos como objetos históricos quando alguém os institui como tal e, por outro lado, para serem considerados realmente históricos torna-se necessário colocá-los em diálogo com outras peças e mostruário, de forma que o conjunto da exposição faça sentido.

As relíquias, para fazer uso do termo empregado por Lowenthal para se referir aos vestígios materiais oriundos de tempos anteriores, podem ser consideradas estáticas por não conseguirem exprimir o sentido de passagem do tempo, são apenas fragmentos do tempo incapazes de revelar sua dinâmica. A história e a memória, ao contrário, conseguem expressar melhor tal sentido.

Ainda segundo o autor de **The Past is a Foreign Country**, embora prescindam de interpretação e sejam limitadas para revelar a passagem do tempo, as relíquias

oferecem um acesso privilegiado ao passado, pois são frequentemente percebidas como um testemunho real dos fatos transcorridos anteriormente. Por essa razão, a análise que se empreenderá adiante procura investigar a trajetória museológica de Gustavo Barroso, em especial sua relação com os objetos históricos, entendendo que sua ligação com o passado se fazia pela história, memória e também pelas relíquias.

O encanto pelas relíquias parece vincular-se à noção de que essas constituem autênticos representantes do passado, seriam fragmentos oriundos de um tempo remoto que se prolongariam na vida contemporânea, atestando a existência de um tempo anterior, desconhecido. A importância de se confirmar a existência do passado de forma tangível, ao que tudo indica, relaciona-se a fragilidade do pretérito. Uma vez que, todas as formas que dispomos para apreendê-lo não parecem suficientes para atestar sua real existência.

A ideia de que os objetos são capazes de apreender a essência do passado e, dessa forma, revelá-lo ao observador, parece ser o mote da prática museológica barroseana. Há uma espécie de fetichização do passado e de tudo o que o cerca, a saber, objetos, lendas, contos, reminiscências de famílias... Os objetos parecem possuir um caráter mágico para o autor, funcionando como um portal para um mundo virtual.

Outro aspecto sedutor dessas relíquias seria o caráter de acessibilidade associado a elas, ou seja, a ideia de que as relíquias expostas forneciam impressões do passado que prescindiam de intermediário e, dessa forma, deixava-se o espaço livre para relações mais diversas com o pretérito.

Neste aspecto, o Museu Histórico Nacional oferece uma oportunidade de análise riquíssima, tanto no que diz respeito à organização das salas, quanto à lógica de aquisição e ordenamento dos objetos. Daryle Willians, em “Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930-1960”⁷, faz uma descrição interessante sobre a lógica de funcionamento do MHN:

O acervo do Museu Histórico Nacional oferecia ao visitante objetos materiais representativos da formação histórica do país, desde os tempos dos descobrimentos portugueses até o presente, com forte tendência a enfatizar a história do Brasil independente. A histórica colonial era

⁷ WILLIANS, Daryle. “Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930-1960”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 29. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1997.

abordada, mas tinha por função estabelecer as raízes da árvore genealógica nacional na monarquia portuguesa, nos descobridores e no catolicismo europeu. (...) (WILLIANS, 1997 p. 168).

As exposições pareciam organizadas de forma a levar as pessoas de volta no tempo, a persuadi-las de que estavam no passado ou, ainda de que o próprio passado estava vivo no presente. As pinturas, as imagens e os trajes pareciam querer deter o tempo e permitir que o expectador, ao menos durante os momentos de contemplação, vivesse em um outro tempo. Podem ser consideradas evidências dessa proposta as características associadas às relíquias, a saber, o caráter acessível e palpável que lhes é próprio. Tais aspectos nos permitem concluir que o projeto barroseano para o museu era de que o visitante pudesse ver o passado com seus próprios olhos e senti-lo com suas próprias mãos.

1.5.2 Relíquias: símbolos duradouros da história e da memória

Como símbolos duradouros da história e da memória, as relíquias tangíveis também simbolizam a identidade nacional e os lugares transmitem essa ideia melhor que os livros⁸. A história apresentada no Museu Histórico Nacional parecia obedecer a essa premissa, pois os fragmentos do passado eram expostos de forma a promover um reconhecimento coletivo. Por exemplo, a medalha que pertenceu ao General Osório deveria ser percebida pelo visitante como um objeto de família, herança de um parente distante e, portanto algo que também lhe pertencia. Dessa forma, cabia ao expectador, igualmente, a tarefa de preservar e zelar pelo artefato. Essa era a sensação que Barroso pretendia despertar por meio das diversas formas de acessar o pretérito: as pessoas eram levadas a identificar aqueles fragmentos como parte da história pessoal de suas famílias.

A visitação ao MHN deveria ser entendida como um mecanismo de sustentação da identidade, uma vez que, nesse lugar, o sujeito seria levado a acreditar que as cenas apresentadas faziam parte originalmente de seu passado, e incluía-se na trajetória histórica da nação. O sentimento de possuir um passado em comum, ou seja, o aspecto coletivo do passado nacional, seria estimulado e reforçado nesse espaço.

⁸ Cf: LOWENTHAL, David. "Relics". In: **The past is a foreign country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

A lógica de funcionamento do museu obedecia à concepção de que partilhar e validar lembranças torna-as mais nítidas, pois as lembranças são reforçadas quando um número maior de pessoas lembra os fatos e comemora os eventos, e, ainda, acrescenta-se um aspecto de confiança a essas lembranças, afinal podemos nos enganar a respeito de nosso passado individual, mas é impossível que todos estejam enganados ao mesmo tempo.

Compartilhar lembranças, além de torná-las mais nítidas na mente daqueles que lembram, também estimula sua emergência. O aspecto coletivo faz com que as pessoas recordem determinados fatos com uma frequência muito maior em relação ao passado individual, seja porque os laços comunitários fazem com que exista um número maior de pessoas que lembram, seja principalmente porque se estabelecem mecanismos que impedem seu completo esquecimento. As comemorações cívicas, um exemplo dessa questão, ao celebrarem o passado nacional, reforçam os vínculos existentes e mobilizam novas afeições, funcionando como um elo entre o passado e o presente, elas impedem que os laços geracionais se percam no tempo.

Os laços ancestrais que unem os povos são fundamentais para constituir e manter um sentido de identidade, entendida como uma espécie de semelhança existente entre os membros de uma determinada coletividade e também como a capacidade de manterem essa igualdade ao longo do tempo. Podem ser considerados laços artificiais que requerem incansável investimento para se fixarem como naturais e sua importância reside no fato de que recordar o passado é algo crucial para nosso sentido de identidade, afinal saber o que fomos confirma o que somos.

1.6 MHN – usos políticos

A proposta barroseana para o Museu Histórico Nacional era reaver a história através de visões, sons e odores. Tratava-se de uma pedagogia pelos sentidos, pois se acreditava que, ao renovar antigas sensações, lembravam-se tanto experiências originais quanto sentimentos que as acompanhavam. Para reativar a memória vivida exigia-se uma sensação renovada no presente, neste aspecto, os fatos surgiam na mente do expectador por associação, desencadeados por algum elemento familiar, como um retrato, em que os demais componentes de seu passado surgiam por associação.

O passado artificialmente construído naquele espaço, a partir das sugestões implícitas nas obras históricas, traduzia uma sensação de realidade. As cenas retornavam como se ainda estivessem ocorrendo – as pessoas reproduziam as memórias como se de fato elas estivessem em seus repertórios originais – olhavam para o passado e contavam tais histórias como as houvessem vivido de fato.

Segundo tal perspectiva, o passado não era um tempo à parte do presente, mas sim um tempo vivo, dinâmico e real, cuja essência embrenhava-se no presente. O passado estava vivo porque ainda direcionava o presente, permanecia agindo sobre ele e orientando a humanidade. Ao visitar o museu, tinha-se a sensação de que o passado não morrera de fato, pois permanecia ali, vivo no Museu Histórico Nacional.

A ideia de trazer o passado de volta a vida parecia sedutora em muitos aspectos e, obviamente obteve um grande público, o que pode ser presumido a partir dos vultosos investimentos do poder público (principalmente durante o governo de Getúlio Vargas), do longo período em que Barroso permaneceu à frente do museu e do expressivo número de visitantes que o local recebeu a época. A justificativa para tal sedução do passado parece estar ligada ao fato de que, como ele parece afastar-se de nós, procuramos evocá-lo multiplicando a parafernália que o cerca (lembranças, romances históricos, fotos) e também preservando e reabilitando suas relíquias.

Referências Bibliográficas

BARROSO, Gustavo. “A casa de Marília”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

BARROSO, Gustavo. “A cidade sagrada”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. V, 1944.

BARROSO, Gustavo. “A defesa do nosso passado”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

BARROSO, Gustavo. “O Culto da Saudade”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 29. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. De W. P. Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora PUCRio: Contratempo, 2006.

LOWENTHAL, David. “Relics”. In: **The past is a foreign country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934 – 1937)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2004. Dissertação de mestrado.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Troféus da guerra perdida: um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009. (Tese de doutorado).

WILLIAMS, Daryle. “Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional, 1930-1960”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 29. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1997.